

“Embora o Brasil tem desfrutado de democracia por apenas 25 anos, o gabinete atual apresenta um número recorde de ministros do sexo feminino (10 que compõem 26% do gabinete). Isso está em contraste com 2008, quando o Brasil foi um dos países do mundo com a mais baixa proporção de mulheres em cargos públicos. As eleições presidenciais estão agendadas para ocorrer em outubro de 2014, como é que o aumento da participação política das mulheres impactou o país nos últimos anos? Como tem influenciado o movimento feminista do Brasil?”

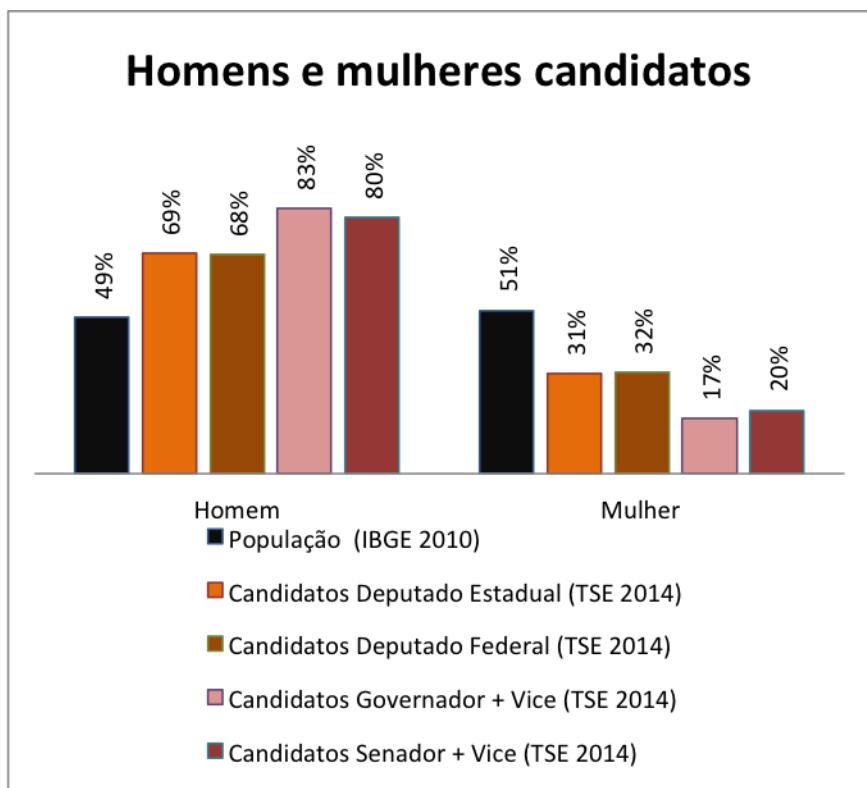
Resposta: A exclusão das mulheres da política institucional faz parte de uma exclusão mais ampla delas do espaço público. Às mulheres, mesmo àquelas que trabalham fora, cabe cuidar do espaço doméstico, da família e se encarregar do trabalho de reprodução, enquanto os homens exercem as tarefas mais importantes da sociedade, em especial aquelas relacionadas à política, à religião e às armas. Ao longo das décadas, porém, essa divisão sexual do trabalho vem sendo cada vez menos marcada, graças à mobilização das próprias mulheres.

De 2008 para 2011 demos um salto porque houve vontade política para tal. No Chile, durante o primeiro governo de Michelle Bachelet, o gabinete ministerial era paritário: 50% de mulheres, 50% de homens. Simbolicamente isto é muito importante. Como a própria presidente Dilma afirmou em seu discurso de posse, isso demonstra para meninas e jovens que elas podem sonhar em ocupar esses postos. E, ao que tudo indica, continuaremos em uma situação semelhante uma vez que as duas candidaturas mais bem posicionadas à Presidência em 2014 são de mulheres. Uma delas, Marina, negra.

Nos cargos eletivos a situação é mais complexa. O Brasil tem hoje apenas 8,9% de mulheres na Câmara dos Deputados e menos de 12% no Senado. Isso é fruto de toda uma estrutura que dificulta a participação das mulheres na política: há obstáculos para obter legenda e financiamento de campanha; má distribuição do fundo partidário e do tempo de propaganda em rádio e televisão; baixa confiança do eleitorado; e acumulação das jornadas de trabalho. A consequência é que, entre os eleitos, existe uma maioria de homens, brancos, burgueses, que mesmo vindos de camadas pouco representativas do corpo político tem mais chance de competir pelos votos.

Contudo, em 2014 temos uma novidade: primeira vez a cota de 30% de mulheres para os cargos proporcionais, ou seja, de deputadas federal e estadual, foi cumprida. Isso não significa, obviamente, que teremos

uma ampliação no número de eleitas, mas é uma mudança significativa:



(Fonte: Bruno W. Speck/CartaCapital)

A questão, acredito eu, é que daqui para frente precisamos ir além do debate meramente numérico. Até agora, o argumento tem sido quase intuitivo: se nós somos 52% da população, não podemos ser em torno de 10% das eleitas. Mas pergunta que devemos nos fazer é outra: quais representantes mulheres nós queremos? ? Essas mulheres que foram indicadas pelos partidos têm quais perfis? Será uma parte significativa delas não é de "candidatas-laranja"?

É aí que os movimentos feministas se fazem mais necessários. Não basta ser mulher para implementar medidas ou propor leis que favoreçam as mulheres enquanto grupo oprimido. Pautas como a legalização do aborto, tão caras ao movimento feminista, não fazem parte da agenda de deputadas ligadas a partidos conservadores ou religiosos. É preciso, portanto, além de votar em mulher, votar em propostas. Algo bastante interessante que surgiu esse ano é a página no Facebook "[Vote numa feminista](#)", que traz uma lista de candidatas feministas no Brasil inteiro.

Mini-currículo:

Maíra Kubík Mano é jornalista e doutoranda em Ciências Sociais na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). É co-autora dos livros *Mulheres e negros na política: um estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em 4 estados brasileiros* (2012) e *A quem pertence o corpo da mulher?* (2013). Mantém o blog [Território de Maíra](#) na CartaCapital.